

SANTA FÉ: DO MITO FUNDADOR AO DOMÍNIO PATRIMONIAL

Alexandre Ricardo Lobo de Sousa
Doutorando em Literatura Brasileira – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Bolsista CNPq

Resumo: Em *O Continente*, ao narrar as origens de uma família, os Terra-Cambará, que se tornaria influente na fictícia cidade de Santa Fé, Erico Veríssimo acompanha o processo de formação da elite política brasileira e do Estado Nacional brasileiro. Nos três episódios analisados, *A fonte*, *Ana Terra* e *Um certo Capitão Rodrigo*, verifica-se o processo de transformação de uma autoridade fundada em um caráter religioso, passando pela legitimação familiar, típica de um patriarcado, a uma autoridade legitimada pela representatividade, ainda que de forma embrionária.

Palavras-chave: Narrativa brasileira moderna. Erico Veríssimo – *O Continente*. Estado Moderno brasileiro – Tema literário.

Abstract: In *O Continente*, at to tell the origins of a family, would become Terra-Cambará influential in the fictional town of Santa Fe, Erico Veríssimo accompany the formation process of the Brazilian political elite and our National Government. In the three episodes analyzed, *A Fonte*, *Ana Terra* e *Um Certo Capitão Rodrigo*, we see a transformation of an authority founded on a religious character, through the legitimization family, typical of a patriarchy, a legitimate authority by the representation, albeit in embryonic form.

Keywords: Modern Brazilian Narrative. Erico Veríssimo – *O Continente*. Brazilian Modern State – Literary Theme.

Durante a década de 1930, Erico Veríssimo (1905- 1975) iniciou o esboço de *O tempo e o vento*, que narra a história da ascensão e queda política da família Terra Cambará. O contexto da elaboração da obra era o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930 -1945). Marcando a ruptura com a República Velha dos coronéis, o período do governo de Vargas significou transformações na estrutura econômica e social brasileira como o fim do voto cabresto, a implementação do voto para as mulheres, a regularização das relações de trabalho, o fomento do desenvolvimento industrial e o crescimento do aparato estatal com a criação de empresas como a Siderúrgica Nacional (1940) e a Companhia Vale do Rio Doce (1942).

No período democrático (1945-1964), Erico Veríssimo escreveu o texto definitivo de *O*

Continente, primeira parte da história da saga da família Terra Cambará, entre 1947 e 1948, publicando-o em 1949 (ZILBERMAN, 2004). Era uma época em que os intelectuais estavam preocupados em fornecer uma explicação sobre o Estado Novo, que, se por um lado, controlou a imprensa e fez de intelectuais e escritores prisioneiros políticos, por outro, rompeu com a tradição da “vocação agrária”, implantando as bases de uma sociedade industrial e urbana (DIEHL, 1999, p. 2). As transformações na sociedade eram visíveis e requeriam explicações.

Para compreender o Período Vargas, intelectuais buscaram inspiração em Karl Marx e Max Weber. Como estes teóricos trabalharam questões como o funcionamento do Estado e do poder, forneceram ferramentas conceituais para entender o caso brasileiro. A teoria de Weber, por abordar questões como a burocracia e a desassociação do poder político em relação ao poder econômico, seria a mais utilizada. Como exemplo de obras que refletem a preocupação em explicar o Brasil, temos *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), *Casa grande e senzala* (1933), de Gilberto Freyre (1900-1987), *Evolução política brasileira* (1953), de Caio Prado Jr. (1907-1990), e *Os donos do poder* (1958), de Raymundo Faoro (1925-2003). Estas obras estão empenhadas em entender a sociedade brasileira, sendo as duas primeiras, a partir do aspecto cultural, e, as últimas, do político.

É neste contexto que Erico Verissimo escreve *O tempo e o vento*, uma interpretação literária da formação do Rio Grande do Sul e do Brasil. Um de seus objetivos ao escrever a obra foi desvendar os mitos dos “Grandes Heróis” dos livros escolares. Segundo Erico Verissimo, a “verdade sobre o passado deveria ser mais viva e bela que sua mitologia. E quanto mais examinava a nossa História, mais convencido ficava da necessidade de desmistificá-la” (VERISSIMO, 1994, p. 289). Assim, a obra com mais de 800 páginas traça um perfil da história do Rio Grande do Sul, desde sua origem em território espanhol até sua efetiva participação na política nacional com Getúlio Vargas no poder.

O enredo de *O tempo e o vento* aborda a história política do Estado do Rio Grande do Sul, e, em paralelo, a história do Brasil, desde as Missões ao fim do Estado Novo. Os episódios *A fonte*, *Ana Terra* e *Um certo Capitão Rodrigo*, focos do presente trabalho, marcam os primórdios, em forma literária, do Estado Moderno brasileiro. O primeiro

retrata um território, na segunda metade do século XVIII, em disputa por duas coroas, a portuguesa e a espanhola. O segundo, do fim do século XVIII ao início do XIX, situa-se no período da imigração paulista para o território do Rio Grande do Sul e no processo de Independência do Brasil. O terceiro, de meados do século XIX, já em um Brasil Independente, aborda a Guerra dos Farrapos.

Ao longo da narrativa de *O tempo e o vento*, acompanhamos a formação do Estado Nacional. Nos episódios iniciais de *O Continente*, as relações de poder caracterizam-se pelos interesses pessoais, pelo domínio legitimado pela tradição familiar, pela propriedade da terra e pouca interferência do Estado. Em *O Arquipélago*, esse poder cede lugar ao poder estatal legitimado pela representatividade e defesa dos interesses coletivos.

O que caracteriza o Estado em geral é, para Weber, ser o detentor do “monopólio do uso legítimo da força física dentro de determinado território” (1982, p. 98). A forma que assume o Estado no período em que ocorre os episódios analisados é o Estado patrimonial. Raymundo Faoro exemplifica o poder patrimonial com os reinados coloniais portugueses quando os monarcas “governam o reino como a própria casa, não distinguindo o tesouro pessoal do patrimônio público” (FAORO, 1958, p. 11). A máquina estatal mistura-se com o patrimônio particular. A cobrança dos impostos e a convocação para a guerra cumprem os interesses reais que estão acima dos interesses sociais.

O Estado patrimonial apresenta caráter diferente do Estado Moderno. Na definição dada por Pierangelo Schiera, no *Dicionário de Política*, o Estado Moderno, em sua última fase, é “o estado de direito, caracteriza-se por ser fundado sobre a liberdade política (não apenas privada) e sobre a igualdade de participação (e não apenas pré-estatal) dos cidadãos (não mais súditos) ante o poder [...]” (BOBBIO, 2003).

Historicamente, a consolidação do Estado Moderno ocorre com a Revolução Francesa, de 1789, e a contestação do direito divino, embora sua origem remota seja a Carta Magna inglesa de 1215, quando a lei deveria valer mais que a palavra real. A organização deste Estado, segundo Max Weber (2009), ocorre por meio de um aparato burocrático cuja ação baseia-se em regras previamente estabelecidas e impessoais,

sendo que os cargos são ocupados conforme a competência. É um Estado baseado e legitimado pela racionalidade, pela busca, teoricamente, da melhor forma possível de suprir as necessidades do cidadão.

O processo de formação do Estado Moderno, abordado na narrativa de *O tempo e o vento*, passa por um momento mítico com entidades primordiais e heróis aventureiros. Em *A fonte*, Erico Verissimo intercala história, ao situar o episódio das Missões, com personagens míticos ao criar figuras com atributos mágicos. As características de herói mítico do personagem Pedro, descendente de uma índia e criado nas Missões, “se manifestam quando diz [Pedro] conversar com Nossa Senhora, ter visões, como a de Sepé em luta contra os portugueses, e premonições como a da morte do chefe guerreiro ou a sua própria [...]” (ZILBERMAN, 2004, p. 42). No Mundo Antigo, o passado era contado por narrativas mitológicas em que elementos mágicos eram constantes e explicavam os acontecimentos como vontade de deuses ou seres sobrenaturais. Segundo Mircea Eliade, “um mito conta uma história sagrada, [...] um acontecimento primordial que teve lugar no começo do Tempo. [...] as personagens do mito não são seres humanos: são deuses ou Heróis civilizadores” (ELIADE, p. 84). Um mito fundador fornecia a explicação da origem de determinada tribo ou do povoado.

A História é uma narrativa sobre o passado. Para Arnaldo Momigliano, uma das origens da História ocorre quando o rei persa, Dario I, inscreve em Bisutun o relato de seus feitos. Embora seja uma narrativa de autoglorificação e substitua uma perspectiva teleológica por uma aristocrata, esse relato “é bastante factual, claro, livre de qualquer interpretação miraculosa [...]” e “as intervenções divinas não são mencionadas.” (MOMIGLIANO, 2004, p. 24) Entre os gregos, temos o primeiro historiador, Heródoto, “que fez a diferença [...] entre um Hércules que era um deus e um Herácles que era um herói” (MOMIGLIANO, 2004, p. 24-25). Heródoto buscou documentos e fez viagens para escrever sua narrativa sobre as guerras médicas. O relato histórico aparece a partir do rompimento com os mitos. O passado passa a ser fruto das ações dos homens, e não de deuses ou heróis com poderes mágicos. A narrativa sobre o passado deixa de conter seres com poderes sobrenaturais como protagonistas dos acontecimentos.

Para Marilena Chauí, uma das funções do mito consiste em apresentar soluções para

“tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade” (CHAUI, 2001, p. 9). Os mitos oferecem leituras da realidade que podem agregar novos elementos. Desta forma, “as ideologias [...] alimentam-se das representações produzidas pela fundação, atualizando-as para adequá-las à nova quadra histórica” (CHAUI, 2001, p. 9). Desta forma, os mitos fundacionais e seus heróis fornecem a uma população heterogênea uma identidade pela qual é possível o sentimento de igualdade. As classes dominantes, detentoras do poder político instituído, legitimam-se. Tendo a mesma origem, o dominado, subalterno, sente-se igual ao dominador. O governante, herdeiro mais próximo dos heróis fundadores, torna-se representante da vontade divina, enquanto que os governados, por sua vez, ficam a mercê de sua boa vontade.

Na obra de Erico Verissimo, *O Continente*, encontramos elementos da história do Rio Grande do Sul e também de mitos. Conforme Regina Zilberman, são dois planos da obra, história e mito, que estarão “em constante interação [...]. A história contraposta ao mito, o mito contraposto a literatura, e [...] a história justaposta à literatura, tudo para que uma face ilumine a outra” (ZILBERMAN, 2004a, p. 48). De *A fonte*, capítulo inicial de *O tempo e o vento*, até *Um certo Capitão Rodrigo*, temos um conjunto de mitos fundadores do Rio Grande do Sul, passando pela grande matriarca, mãe originária do clã, Ana Terra, ao herói aventureiro como o Capitão Rodrigo. No universo literário criado por Erico Verissimo, o que seria excludente, ou a história ou a literatura, torna-se fator integrador, e o mito incorpora-se à história. A história, narrativa sobre o passado, torna-se mito.

A fonte como mito fundador

Em termos cronológicos, *O tempo e o vento* inicia com *A fonte* e ocorre na região missioneira. Fonte pode significar tanto a origem do Rio Grande do Sul, quanto a da família Terra ou ainda o início do romance. Sendo a história inaugural de uma longa saga da família Terra Cambará, funciona como um mito fundador do Rio Grande do Sul, e, por analogia do Brasil, marca um período sem fronteiras nacionais precisas nas possessões dos países ibéricos e um Rio Grande ainda inexistente.

O território da região missioneira, para além do limite português do Tratado de Tordesilhas, nos primeiros séculos da colonização, pouco interesse despertou nas coroas ibéricas, pois não possuía nenhuma riqueza natural. É mais tarde, com a catequização dos índios, que o local passa a atrair bandeirantes paulistas em busca de mão de obra escrava especializada e do gado.

Em muitos aspectos, as Missões eram como um microcosmos, com economia auto-suficiente e um sistema político administrativo autônomo por concessão e apoio da coroa espanhola (SOUSA CHRISTENSEN, 2001). Embora aparecessem como um Estado independente, as Missões estavam subordinadas ao Estado espanhol. Entre suas funções estava a de ser marco de uma frágil fronteira que dividia os domínios portugueses das possessões espanholas. Representado o poder metropolitano, havia o cabildo, um órgão administrativo composto por juízes municipais e conselheiros. Segundo Fabio Kühn “o cabildo indígena, em que os caciques, que eram membros da elite missioneira, exerciam um papel de comando, sob a coordenação dos padres jesuítas” (KÜHN, 2007, p. 41). Esses, os caciques, recebiam o título de Don, título de nobreza espanhola que os colocava como elite nativa ao mesmo tempo que poderia significar uma aculturação. Não havia força policial espanhola, nenhum órgão repressor representante do Estado para impor a sua lei. Por uma questão de segurança, esses povoados eram próximos: caso um fosse atacado por forças portuguesas, outros nas proximidades estariam prontos para vir socorrê-lo.

Se não havia um representante direto do poder político europeu, o mesmo não se pode dizer do poder espiritual. Embora em pequeno número em relação aos guaranis convertidos, os padres catequizadores eram os representantes do poder da Igreja Católica, estavam lá para impor, mesmo que simbolicamente, a supremacia da religiosidade europeia. Ante a simbologia cristã, práticas pagãs dos nativos eram demonizadas.

O momento histórico que situa *A fonte* é marcado por duas formas divergentes de relacionamento com o sagrado. De um lado, a religiosidade oficial dos padres das Missões, representante da Igreja Católica; e, de outro, a religiosidade com caráter mágico dos nativos. Dentro de um projeto colonizador, são duas culturas que se chocam. De um lado, o monoteísmo católico; de outro, o xamanismo dos guaranis. Na

visão católica, trata-se de salvar os gentios das perdições e ampliar seu rebanho, que se reduzia na Europa por consequência das Reformas religiosas. Entre os motivos que leva os indígenas a viverem nas Missões, conforme Moacyr Flores, havia o fato de que na “redução os índios estavam a salvo de encomendeiros espanhóis e das maloucas paulistas” (FLORES, 2003, p. 26). Ir para as missões era uma forma de fugir da escravidão tanto espanhola quanto portuguesa. Os missioneiros eram contrários a escravidão indígena.

Por vezes, sem abandonar totalmente sua religiosidade original, os convertidos vão absorver de forma peculiar a nova religiosidade. Esse processo de mesclar culturas é chamado de sincretismo. Segundo Roger Bastide, citado por Renato Ortiz, o “sincretismo consiste em unir os pedaços das histórias míticas de duas tradições diferentes em um todo que permanece ordenado por um mesmo sistema” (ORTIZ, 1994). A estrutura da cultura dominada original é mantida enquanto seus elementos assumem a aparência da cultura dominante.

Erico Verissimo aborda a questão do choque cultural através de uma personagem, o Padre Alonzo, que observa: “escultores indígenas em geral davam à face das figuras os seus próprios característicos físicos. [...] Havia a pouco um índio esculpira um Menino Jesus índio com cocar de penas na cabeça” (VERISSIMO, 2004, p. 55). Alonzo percebe elementos sobreviventes da cultura dos dominados na nova cultura que se origina não de uma total anulação da dominada sob a dominante, mas da resistência da primeira em relação à segunda.

O episódio inicia-se em 1745, cinco anos antes do tratado de Madri, em que Portugal troca a Colônia de Sacramento pela região missioneira. Padre Alonzo é o fundador mítico da família Terra Cambará ao ser o primeiro proprietário do punhal que atravessaria séculos como símbolo familiar de masculinidade. Segundo Regina Zilberman, a “transmissão do punhal [...] confere a Alonzo o papel de pai simbólico de Pedro Missioneiro” (ZILBERMAN, 2004, p. 185). Para Sandra Pesavento, o punhal, transmitido aos Terra-Cambará, por ser um presente de Pedro Missioneiro a Ana Terra, funciona como um dos “signos emblemáticos que comparecem na narrativa [...] tanto por assinalar, emblematicamente a união do casal primitivo, Ana-Pedro Missioneiro [...], quanto por ser transmitido a linhagem dos Terra Cambará” (PESAVENTO, 2001, p.

196).

A importância simbólica do punhal de prata consiste em ter sido o objeto pelo qual Alonzo, quando tinha dezoito anos, planejava matar em um duelo o marido de sua amante. Antes do duelo consumir-se, o adversário de Alonzo morre de apoplexia. O punhal passa a ser símbolo de um delito não consumado, que contrariara as leis de Deus. Impressionado, Alonzo entra na Companhia de Jesus.

Se a origem simbólica dos Terra-Cambará está no padre Alonzo, a origem de fato está em Pedro que terá um filho com Ana Terra no episódio que leva o nome da protagonista. Pedro é filho de uma índia com um branco que a violentou. Sua mãe morre logo em seguida do parto. Criado nas Missões, pelos Padres Alonzo e Rafael, ele aprendeu matemática, espanhol, guarani, latim e música, além dos princípios dogmáticos católicos. Entretanto, seu aprendizado religioso misturou-se com sua vida. Quando tinha aulas sobre anjos bons e maus, sonhava com eles e não sabia discernir o que era sonho da realidade, e achava que era filho da Virgem Maria.

Contrastando com o que lhe foi ensinado do catolicismo, Pedro parece ter assimilado de forma bem particular seu aprendizado. Em seu imaginário infantil, via o espírito de sua mãe, que se misturava com a Virgem Maria, e seu pai, que era um guerreiro, herói indígena como Sepé Tiaraju. Também é marcante sua fixação pelas palavras, que lhe parecem mágicas: “rosa mítica”. Depois de tê-las ouvido pelo Padre Alonzo, repete-as em sua mente mesmo sem saber seu correto significado. E mesmo depois de descobrir que Rosa Mística significava Virgem Maria, continuou associando-a a outras coisas como por exemplo o “cheiro dos espíritos.”

Outra função de *A fonte*, enquanto um mito, reside, como lembra Maria da Glória Bordini (2004a), em dar às Missões um caráter paradisíaco. Mesmo estando em um contexto de colonização, elas cumpriam o sonho de ser um local habitado por cristãos que viviam em harmonia e igualdade econômica. O padre Alonzo as via como o paraíso terrestre. As construções tinham uma dupla função: por um lado, servir de fortaleza contra o ataque dos bandeirantes; de outro, mostrar o poder divino pelas suas dimensões e aproveitamento do sol. O próprio padre Alonzo por vezes se desconcentrava deslumbrado com o incenso e os objetos de metal que reluziam dentro da catedral. Nas Missões, as ruas, em sua volta, eram simetricamente organizadas e deveriam separar

explicitamente o sagrado do profano (WEIMAR, 2004). Na rua central, centro do aldeamento, havia uma grande praça, cercada pelas habitações dos guaranis, onde era construído o templo. Dentro deste templo, cumprindo funções didáticas, havia as imagens de santos.

Na dualidade entre história e mito, apontada por Regina Zilbeman (2004), presente em *O tempo e o vento*, podemos pensar que Padre Alonzo, personagem literário, ao representar a Igreja, seria também representante do período histórico pontuado pela personagem Sepé Tiaraju. Outra dicotomia, evidenciada por Bordini (2004), é a descrença de Alonzo, a morte de suas utopias ante a destruição das Missões contraposta à postura visionária de Pedro. A personagem do indígena tem um aspecto mítico fundacional ao ter um filho com Ana, metaforicamente fecundando a terra e proporcionando para o futuro a germinação duma linhagem de árvores cambarás. Ela é mítica também por ter premonições como a morte de Sepé Tiaraju e em *Ana Terra*, a própria. É por seu meio que o punhal de Alonzo atravessa o tempo em Santa Fé.

Erico Verissimo cria personagens com atributos de heróis míticos, fundadores de uma identidade. Porém, cria-os literariamente, contrapondo-os com a história. Se o mito é atemporal, e se suas personagens situam-se em um tempo que não pode ser datado, o contexto das Missões situa historicamente as personagens de *A fonte*. Além disso, eles não cumprem plenamente seus respectivos papéis enquanto criação de mitos. Alonzo, por exemplo, ao ser de origem espanhola, não pode ser fundador de uma identidade nacional brasileira. Pedro, por sua vez, mesmo que origine membros que uma classe dominante, representa os dominados, explorados e expropriados de suas terras pelos conquistadores europeus.

Ana Terra: da terra à cidade

Em 1777, ocorria um novo tratado, o Santo Idelfonso. Esse tratado, desvantajoso para os lusitanos, entregava a Colônia e a região missioneira aos espanhóis e estabelecia zonas neutras. Mas Portugal não pretendia cumprir esse tratado. Era necessário então povoar a região para garantir sua posse. Distribuíam-se sesmarias como forma de garantir a possessão portuguesa da região. Colonos, em busca do enriquecimento,

empenhavam-se em tal tarefa. Ocorre que, como essa região ainda estava em disputa pelas coroas ibéricas, ora era invadida por portugueses, ora por espanhóis.

É nesse contexto que se sita o enredo de *Ana Terra*. A narrativa inicia-se no rancho de Maneco Terra. É um lugar afastado, longe de tudo, situado de forma imprecisa perto da região das Missões e de Rio Pardo. Meses sucediam-se sem que alguém por ali passasse. Muitos que por aquelas terras andavam eram castelhanos saqueadores e ladrões de gado que matavam e desrespeitavam as mulheres: “Por vezes sem conta Ana e a mãe tinham sido obrigadas a fugir para o mato, enquanto o velho Terra e os filhos se entendesse com os assaltantes” (VERISSIMO, 2005, p. 103). Os Terra são originários de São Paulo, descendentes de bandeirantes e viviam de forma rústica. Não sabiam ler, como era comum na época, e não tinham muita percepção do tempo. Este era vagamente situado por um ou outro acontecimento importante como “a expulsão dos castelhanos do território do Continente” (VERISSIMO, 2004, p. 102). Como nas sociedades rurais e sem escrita, ao decorrer dos anos quase não há mudanças tecnológicas significativas, as personagens têm a impressão de que o tempo é aquele marcado pela natureza, pois: “viam as horas pela posição do sol; calculavam a passagem dos meses pelas fases da lua; e era o cheiro do ar, o aspecto das árvores e a temperatura que lhes diziam as estações do ano” (VERISSIMO, 2004, p. 102). É assim que eles sabem da passagem do tempo, e como tudo se repete, não conseguem contá-lo, não sabem nem que dia nem que ano precisamente estão. Nessa percepção de tempo, os fatos se repetem, tudo ocorre de forma circular. Como na natureza, o círculo fecha-se, os acontecimentos na vida das personagens acompanham as estações do ano. Se é inverno ou verão, há a certeza de que assim será também no ano seguinte, dando a sensação de que nada muda de forma substancial.

Erico Verissimo, em sua narrativa, rompe com a história linear e progressiva. O desenvolvimento cronológico não é necessariamente um desenvolvimento político e tecnológico. De *A fonte à Ana Terra*, na questão política, há um retrocesso. O Estado presente nas Missões cede lugar a uma forma de dominação baseada no patriarcalismo. O patriarcalismo, segundo Weber, é “a situação em que, dentro de uma associação (doméstica), muitas vezes primordialmente econômica e familiar, a dominação é exercida por um indivíduo determinado (normalmente) segundo regras fixas de sucessão” (2005 p. 151). Como o Estado lusitano preocupava-se mais com o lucro que

sua possessão pudesse oferecer, do que administrá-la, a colônia, principalmente o território além da linha do tratado de Tordesilhas, desenvolvia-se sem sentir sua presença de forma efetiva.

Sem localização precisa, nem temporal nem espacial, o rancho dos Terra está sob a jurisdição pessoal do patriarca Maneco Terra. Se não há um posto policial ou nada a lembrar a lei do Estado, a regra é ditada por ele, também detentor da justiça. Todos devem lhe obedecer. Se sua decisão for que continuem em seu rancho, assim o será, se quiser voltar para São Paulo, voltarão. Mas seus planos são outros, quer ampliar seus domínios. Chega a comprar escravos e planeja tê-los mais.

O Estado aparece eventualmente, ou para cobrar impostos ou para recrutar voluntários para a guerra. Mas o exército formado com estes voluntários está longe de se assemelhar ao exército regular de um Estado Moderno. Mais próximo de uma milícia que um exército propriamente dito, é formado por homens despreparados e recrutados eventualmente quando ocorre alguma guerra. E a região está constantemente em guerra.

Para um dos filhos de Maneco, Antônio, pertencer ao Exército significa ser um herói patriota, mas para o patriarca: “Pátria é a casa da gente” (VERISSIMO, 205, p. 106). Em sua visão, o grande herói da expulsão do espanhóis, o major Rafael Pinto Bandeira, apenas defendia suas estâncias. Os oficiais do exército não pertenciam a um exército regular, eram proprietários agindo conforme seus interesses. Maneco Terra está distante do Estado, não se interessa por ele, não vê e nem o sente, seu mundo é seu rancho, onde é senhor absoluto e também responsável pela segurança.

Maneco Terra exerce o poder patriarcal sobre a vida e morte entre os seus. Pedro, que passa a ser chamado de Pedro Missioneiro pela origem nas Missões, apareceu ferido no rancho dos Terra e lá recebeu cuidados para curar-se. Segundo o que Pedro contou aos Terra, foi ferido por um desertor quando, a serviço de Rafael Pinto Bandeira pela Coroa Portuguesa, atacava o Forte San Martinho. Com o tempo, incorporou-se à família. Cativou a todos com sua música, inclusive a filha de Maneco, Ana Terra. E com esta fez um filho, Pedro Terra. Defendendo a honra da família, segundo seu entender, o patriarca impôs sua sentença sem nenhum processo de julgamento de defesa do réu. Enquanto Pedro Missioneiro, visionário, previu a própria morte, Maneco Terra confirmou seu

poder patriarcal.

Para Jacques Leenhardt, o título do volume “*O Continente* remete a uma comunidade fechada sobre si mesma, autossuficiente, maciça e fortemente estruturada em torno da hierarquia dos poderes que a organizam” (2001, p. 167). Entendendo os títulos das partes de *O tempo e o vento* como metáforas, o termo “continente” assume duplo sentido: uma referência de como o Rio Grande do Sul era conhecido na época da colonização e também, enriquecendo literariamente a obra, como a constituição da família Terra Cambará enquanto núcleo sólido de um poder patriarcal e patrimonial. No rancho de Maneco Terra, por uma questão geográfica, tudo é longe, sem estradas, os deslocamentos levam dias, isolando das cidades, que são ainda em pequeno número e pouco desenvolvidas, e as fazendas. De certa forma, o rancho dos Terra é uma ilha, afastado de tudo. Entretanto, a família é uma instituição sólida, seus membros tem a mesma identidade, os mesmos interesses e estão submetidos à mesma autoridade. Essa estrutura sólida, de terra firme, como um continente em sentido metafórico, mantém-se até *O sobrado*, último episódio de *O Continente*. Nos próximos volumes, *O retrato* e o *Arquipélago*, a família passa por um gradual processo de fragmentação. Ao fim do romance, os herdeiros dos Terra Cambará já não têm mais os mesmos interesses, e, por conseguinte, a mesma identidade. Exemplo disto são os filhos do protagonista de *O retrato*, o dr. Rodrigo Terra Cambará: Floriano, alter-ego de Verissimo, é escritor e não tem interesse no mundo rural. Eduardo, por sua vez, identifica-se com o movimento comunista internacional.

Por um lado, o isolamento das terras de Maneco Terra fortalece o poder local do patriarca, por outro fragiliza a defesa do espaço contra agressões, seja de espanhóis buscando a posse da terra ou o saque, seja da arbitrariedade de um exército não regular a levar filhos para a guerra e filhas para saciar as necessidades sexuais de suas tropas. Assim, um ataque de castelhanos mata os escravos, Maneco Terra e seus filhos. Ana Terra sobrevive ao ser violentada. Sua cunhada e filho não são assassinados por estarem escondidos.

Sem mais motivos que lhe prendesse ao rancho e sem perspectiva de futuro naquele lugar, Ana Terra decide acompanhar uma família em busca de nova vida em um projeto de povoado, Santa Fé. No jogo das dualidades de Erico Verissimo, de um mundo

masculino expresso nas lutas, nas guerras e nas disputas sobre o comando de Santa Fé, a narrativa de *O tempo e o vento* dá espaço a um mundo feminino, doméstico, de gerar vida e criar os guerreiros. Para Sandra Pesavento, se “o punhal é transmitido aos homens da família, às mulheres cabe herdar a tesoura e a roca de Ana Terra” (PESAVENTO, 2001, p. 196). Ana Terra torna-se uma referência da linhagem dos Terra-Cambará e também a chefe da família. Todas as funções masculinas de coordenar e suprir o clã serão suas. Além de ter sido quem tomou a decisão de abandonar o rancho dos Terra, é quem, com seu trabalho, consegue o alimento e cria seu filho Pedro Terra.

Ana Terra também tem um papel mitificado. Além de ser uma das fundadoras do clã, seu nome remete a ideia do lugar onde ocorre a germinação. Na teodiceia grega, a Terra teve origem de Caos, com quem originou o Céu. A Terra “é descrita como a base segura de todas as coisas e o segundo como a morada eterna dos deuses bem aventurados [...] como se Céu e Terra não fossem precisamente deuses” (THOMSON, 1974, p. 181). A família dos Terra Cambará será constituída pela mistura entre espanhóis, bandeirantes e guaranis. Para Lea Masina, Erico Verissimo, em *O tempo e o vento*, ao unir Ana Terra e Pedro Missioneiro, “acentua a fonte genealógica do gaúcho: uma identidade que provém da fixação do nômade no ventre da terra” (MASIANA, 2005, p. 46). É assim com Ana Terra, a personagem, em Santa Fé, que assumirá a função de parteira com uma tesoura e será aquela que ajudará a dar a luz aos habitantes da estância.

Quando Ana Terra chega a Santa Fé, o local era um agrupamento de ranchos à beira de uma estrada. Mas com o tempo, sobrevivendo às guerras, Santa Fé cresce e em 1803, ganha uma capela, símbolo do poder divino na Terra e a marca da presença da Igreja Católica. Aos poucos ela evolui a uma cidade.

Pela narrativa de *O Continente* percebemos na população de Santa Fé uma mudança na percepção do tempo: da circularidade marcada pelos fenômenos da natureza a uma linearidade dos acontecimentos que não se repetem. Embora os únicos calendários que existissem fossem o da Igreja e o da casa de Bento Amaral, os anos, os meses ou os dias da semana são marcados, definidos, não é mais o tempo mítico, e a população já sabe os anos das guerras.

Santa Fé é dominada por um senhor, Ricardo Amaral, cujo poder baseia-se em seu

patrimônio. Para Weber, “denominamos patrimonial toda dominação que, originalmente orientada pela tradição, se exerce em virtude de pleno direito pessoal [...]” (2005, p. 152). Para a manutenção deste domínio, “o poder de senhor patrimonial apoia-se em guardas pessoais e exércitos formados de escravos (muitas vezes marcados a ferro) colonos ou súditos forçados ou [...] de mercenários” (WEBER, 2005, p. 151). O domínio dos Amarais é proporcional ao patrimônio que possuem. São os Amarais os fundadores e mandantes do povoado. O poder é basicamente monopólio desta família. Não é mais aquele poder de Maneco Terra, absoluto em seu pequeno espaço, desligado das cidades ou de outros ranchos a não ser por questões comerciais.

O pequeno povoado de Santa Fé tem uma ligação maior com uma instância de poder superior. Está mais próximo de ser um continente, terras contínuas, que a terra isolada de Maneco. Já é possível perceber no povoado a regulamentação da lei, de um poder externo, embora esta fosse burlada, em sua fundação. Pela legislação, os povoados concedidos a uma pessoa deveriam ter três léguas de sesmarias, mas, em Santa Fé, seu fundador, o coronel Ricardo Amaral, para ter mais espaço que o permitido, registrou o excedente de terras em nome de seus parentes.

Outra forma de entender a presença do Estado, ainda que distante, no povoado de Santa Fé é a própria origem de seu fundador: Ricardo Amaral fora combatente na Guerra das Missões. Daí seguiram duas versões sobre seu rumo, uns “afirmavam que ele andara [...] assaltando estâncias, roubando gado por aqueles descampados” (VERISSIMO, 2004, p. 169), outros, que ele, de bem com o governo, havia defendido a cidade de Rio Grande do ataque dos espanhóis, por isso ganhou condecorações e terras para fundar seu povoado. Entretanto, neste momento, ele não tem concorrentes políticos, ou seja, é o representante da lei e a própria lei. Ainda não existe uma forma de poder correspondente à representatividade dos cidadãos, independente dos interesses familiares.

Capitão Rodrigo: o aventureiro e aventura da disputa pelo poder

O episódio *Um certo capitão Rodrigo* situa-se entre a Guerra de Cisplatina e a Guerra dos Farrapos. Em 1834 o povoado de Santa Fé ganha *status* de vila e uma Câmara

Municipal, distinguindo formalmente o poder entre o Executivo e o Legislativo. A formação de dois partidos, o Restaurador e o Liberal, sugere haver uma diversificação dos agentes e dos interesses no jogo político. Há também a igreja do padre Lara enquanto centro religioso, substituindo a antiga capela. Uma outra novidade é a chegada de alemães ao povoado, significando uma diversidade social maior, pois não só eram protestantes como eram um elemento externo à tríade índio-português-espanhol na formação do Rio Grande do Sul.

A personagem que dá título ao episódio, Capitão Rodrigo Cambará, é sedutor, corajoso e despreocupado com responsabilidades. Sua origem é narrada em um intermezzo anterior ao capítulo que leva seu nome. Seu sobrenome veio de uma árvore, quando Chico Rodrigues, bandoleiro e antepassado de Rodrigo Cambará, resolve mudar de vida, adquirir sesmaria, abandonar a vida errante, e, para isso, troca o Rodrigues por Cambará, um tipo de árvore que viu na beira de uma estrada. Mas uma árvore, para ser germinada, necessita de terra firme, só assim a semente errante pelo vento pode fixar-se e ter um bom desenvolvimento.

Rodrigo Cambará é um herói voltado para guerra. Como todo o combatente graduado, ganhou o direito a terras e a um pecúlio que o permitiria fixar-se, mas preferiu manter-se disponível para as guerras, até encontrar Bibiana Terra, com quem casaria e asseguraria a continuidade da linhagem, Bolívar. Nasciam aí os Terra Cambará. Rodrigo é também contra o governo: “Governo é governo e sempre é divertido ser contra” (VERISSIMO, 2005, p. 216). Individualista, sem identificação com uma nação, Estado ou governo, ele parte para as guerras apenas por diversão.

Embora Santa Fé já sinalize sinais de desenvolvimento político, como os partidos Liberal e o Conservador, e a Câmara Municipal, é importante lembrar a permanência da ligação poder político/poder espiritual. A igreja do padre Lara, por exemplo, foi provavelmente construção dos Amarais. Assim, a legitimidade do soberano fica garantida por meio da divulgação, através da classe sacerdotal, dos seus feitos heroicos e benevolentes. Além disso, a Câmara Municipal cumpre as ordens de Ricardo Amaral, pois “os Amarais eram por assim dizer os donos de Santa Fé” (VERISSIMO, 2004, p. 226). A aparência de representatividade no jogo político desaparece quando, no início da Revolução Farroupilha, Pedro Terra decide votar contra a adesão da cidade ao

Império, e o Coronel. Amaral manda prendê-lo.

A estrutura política de Santa Fé, neste episódio, é ainda um domínio patrimonialista, com um fazendeiro mandante e estrutura de representatividade manipulada. Os interesses defendidos pelos Amarais são os de sua classe, os melhores posicionados economicamente.

O caudilhismo também estava presente em Santa Fé Segundo Raymundo Faoro, “o caudilho tem seus antecedentes na aristocracia militar [...] nas entradas e bandeiras, para a conquista do sertão remoto” (FAORO, 1958, p. 180). Integrante de uma força armada, proprietário ou não de terras, o caudilho tinha a função de garantir a posse da terra para o domínio da coroa na disputa contra os holandeses, espanhóis ou índios. A Guarda Nacional, criada durante o período regencial, será composta em grande parte por caudilhos. Líderes de Milícias, exércitos pessoais, receberão patente militar, como coronel ou major, e terão grande influência na República Velha.

Na Guerra dos Farrapos, governistas ou oposicionistas foram liderados por caudilhos. Em *O Continente*, encontram-se de um lado os governistas liderados pelo caudilho Ricardo Amaral; e de outro, os farrapos, representados pelo carismático capitão Rodrigo Cambará. Bento Amaral, exemplificando o caudilhismo, filho do Coronel Ricardo Amaral, rival de Rodrigo Cambará, afeito a brigas e duelos, era protegido por sua guarda pessoal, conforme testemunha Juvenal Terra, irmão de Bibiana.

Governistas ou farrapos eram originários da guerra contra os castelhanos. Os superiores de Rodrigo eram conhecidos do coronel. As divergências iniciavam-se na rivalidade entre o Partido Restaurador e o Partido Liberal após a renúncia de Dom Pedro I. De um lado, os restauradores que desejavam a volta do monarca, liderado por Ricardo Amaral em Santa Fé, e os liberais que se opunham ao retorno do imperador. Em Santa Fé, a posição política é aquela defendida pelo oligarca, mas o Capitão Rodrigo Cambará estará lutando ao lado do caudilho Bento Gonçalves.

Os revoltosos farroupilhas estão articulados em torno dos proprietários rurais. Um dos fatores que desencadeia a chamada Guerra dos Farrapos foi a questão do preço do charque no Rio Grande do Sul, incompatível com o preço praticado pelo Uruguai ou

Argentina. O Império preferia importar o charque a comprá-lo dos estanceiros gaúchos.

No início de *Um certo Capitão Rodrigo*, o Estado e seu poder central ainda é algo distante para a população. Pedro Terra pensa da mesma forma que seu avô:

governo era uma palavra que significava algo terrível e ao mesmo tempo odioso [...] que cobrava impostos e recrutava os homens para as guerras, que requisitava gado e até dinheiro [...] fazia as leis [...] em prejuízo do trabalhador, do agricultor e até do pequeno proprietário (VERISSIMO, 2004, p. 233).

Os Amarais são representantes deste Estado, e a separação entre Estado e Governo é tênue, prevalecendo interesses pessoais. Como este governo escravocrata tem apoio de alguns setores rurais da sociedade brasileira, parecerá distante para o morador de porte econômico médio. Não há políticas públicas que justifiquem os impostos, e as guerras fazem parte de interesses de terceiros, não do pequeno proprietário, do trabalhador e, muito menos, do escravo, embora esse conte muitas vezes com a promessa não cumprida de alforria.

A presença do Estado em *Um certo Capitão Rodrigo* é mais explícita quando se inicia a Revolução Farroupilha. Os interesses públicos ainda se misturam com o privado. Os Amarais exercem um poder patrimonial e patriarcal em Santa Fé, mas buscam a legitimidade em um governo central, e deste, representam o poder local. O Estado, embora ausente como regulador neutro das relações sociais, aparece na forma do recrutamento de soldados para lutar na Guerra dos Farrapos.

Concluindo

Como paralelo à história do Brasil e à do Rio Grande do Sul, *O tempo e o vento*, é pontuado por acontecimentos e personagens da história, como as Missões ou a Guerra dos Farrapos. Nesse paralelo, podemos perceber um Estado Nacional sendo constituído. A narrativa da saga da família Terra-Cambará acompanha este processo que dura séculos.

A história narrada em *O Continente* inicia-se no período colonial e termina nos primeiros anos da República. No período inicial da colonização, não havia sentimento de pertencimento à nação brasileira, os colonos entendiam-se mais lusitanos, e o Estado do Rio Grande do Sul era ainda embrionário, situando-se em território espanhol para além do Tratado de Tordesilhas. Assim, a história deste Estado, pano de fundo de *O tempo e o vento*, é também a história da construção de uma nação.

A nação não é uma entidade e nem um dado *a priori*, mas uma construção que envolve a criação de uma identidade. Nos três primeiros episódios, *A fonte*, *Ana Terra* e *Um certo Capitão Rodrigo*, que tiveram aqui a prioridade de análise, encontramos a gênese deste processo constitutivo. Na narrativa de Erico Verissimo, expõe-se o processo de formação identitária da população que habita a região que foi local, ao longo do tempo, submetido ao Estado espanhol, ocupação de descendentes de bandeirantes vicentinos e o espaço de uma Revolta cultuada como parte da História do Rio Grande do Sul. Os dois primeiros episódios de *O Continente*, paradoxalmente, retratam uma “ilha”. A fonte situa-se do território sob domínio lusitano e dentro do domínio espanhol. Por sua vez, *Ana Terra* inicia em um terreno que isola a família de Maneco Terra do contato com o centro político administrativo da província. Em *Um certo Capitão Rodrigo*, por sua vez, temos uma cidade cujo centro político administrativo representa os interesses de uma família específica.

Erico Verissimo contou a história do Rio Grande do Sul e também a do Brasil de forma literária, extrapolando os limites formais da disciplina historiográfica. Mesmo pontuando sua narrativa com fatos e personagens históricos, suas personagens fictícias e respectivos sentimentos e circunstâncias, verossímeis, permitem refletir sobre nossas origens.

Referências:

CHAUI, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

- BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 2003.
- BONINI, Roberto. Pólis. In: BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 2003.
- BORDINI, Maria da Gloria. O Continente de São Pedro: éden violado. In: BORDINI, Maria da Gloria; ZILBERMAN, Regina. *O tempo e o vento: história, invenção e metamorfose*. Porto Alegre: EDPUCRS, 2004a.
- BORDINI, Maria da Gloria. *O Continente: um romance de formação? Pós-colonialismo e identidade política*. In: BORDINI, Maria da Gloria; ZILBERMAN, Regina. *O tempo e o vento: história, invenção e metamorfose*. Porto Alegre: EDPUCRS, 2004b.
- ELIADE, Mircea. *Mito e realidades*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1958.
- FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edipat, 2003.
- HELENA, Lucia. Figuração e questionamento da nação em *O tempo e o vento*. In: BORDINI, Maria da Glória. *Caderno de pauta simples, Erico Veríssimo e a crítica Literária*. Porto Alegre: IEL, 2005.
- KÜM, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura Século XXI, 2007.
- LEENARTH, Jacques. *O romance da dispersão do sentido*. In: PESAVENTO, Sandra (Org.). *Erico Veríssimo: o romance da história*. Porto Alegre: Nova Alexandria, 2001.
- MASINA, Lea. A fonte e o sobrado: relendo Erico Veríssimo. In: BETTIOL, Maria Regina (Org.). *Erico Veríssimo*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. São Paulo: Edusc, 2004.
- OLIVERI, Mabel. Caudilhismo. In: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 2003. 1 CD-Rom.
- ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PESAVENTO, Sandra. A memória da terra: missão feminina. In: _____ (Org.). *Erico Veríssimo: o romance da história*. Porto Alegre: Nova Alexandria, 2001.
- QUEVEDO, Júlio. *As Missões: crise e redefinição*. São Paulo: Ática, 1993.
- SOUSA, Célia. A representação do espaço na obra de Erico Veríssimo. In: GONÇALVES, Robson (Org.). *O tempo e o vento: 50 anos*. Santa Maria: UFSM, 2000.

SOUSA CHRISTENSEN, Teresa Neumann de. *História do Rio Grande do Sul em suas origens missionárias*. Ijuí: Unijuí, 2001.

THOMSON, George. *Os primeiros filósofos*. Lisboa: Estampa, 1974.

VERISSIMO, Erico. *O tempo e o vento: O Continente I*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

VERISSIMO, Erico. *Solo de clarineta*. São Paulo: Globo, 1994. v. 1.

ZILBERMAN, Regina. História, mito e literatura. In: _____; BORDINI, Maria da Gloria. *O tempo e o vento: história, invenção e metamorfose*. Porto Alegre: EDPUCRS, 2004a.

ZILBERMAN, Regina. Saga familiar e história política. In: _____; BORDINI, Maria da Gloria. *O tempo e o vento: história, invenção e metamorfose*. Porto Alegre: EDPUCRS, 2004b.

Recebido em 31/03/2011
Aprovado em 06/05/2011